

doi <https://doi.org/10.5335/srph.v24i2.17240>

A formação da memória nacional e as políticas patrimoniais no Estado Novo: a fase heroica do IPHAN

La formación de la memoria nacional y las políticas patrimoniales en el Estado novo: la fase heroica del IPHAN

The formation of national memory and heritage policies in the Estado Novo: the heroic phase of IPHAN

WANESSA PIRES LOTT¹  

Resumo: O texto analisa a construção da memória nacional e das políticas patrimoniais durante o Estado Novo. Sob a liderança de Rodrigo Melo Franco de Andrade, o IPHAN implementou uma agenda centralizadora e seletiva, privilegiando o tombamento de bens materiais. Essa diretriz alinhava-se às políticas culturais nacionalistas e homogeneizadoras do governo Vargas, que visavam legitimar o regime. A visão mais plural de Mário de Andrade, que incluía a cultura imaterial, foi preterida. A concentração de tombamentos em estados como Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais corrobora o viés elitista e eurocêntrico. A longevidade do IPHAN reflete sua adaptabilidade, mas também a persistência de suas fundações ideológicas, instrumentalizando o patrimônio para solidificar uma imagem nacional alinhada ao Estado Novo.

Palavras-chave: Estado Novo. IPHAN. Patrimônio cultural.

Resumen: El texto analiza la construcción de la memoria nacional y las políticas patrimoniales durante el Estado Novo. Bajo el liderazgo de Rodrigo Melo Franco de Andrade, el IPHAN implementó una agenda centralizadora y selectiva, priorizando la catalogación de bienes materiales. Esta directriz se alineó con las políticas culturales nacionalistas y homogeneizadoras del gobierno de Vargas, que buscaban legitimar el régimen. La visión más plural de Mário de Andrade, que incluía la cultura inmaterial, fue preterida. La concentración de catalogaciones en estados como Bahía, Río de Janeiro y Minas Gerais corrobora el sesgo elitista y eurocéntrico. La longevidad del IPHAN refleja su adaptabilidad, pero también la persistencia de sus fundamentos ideológicos, instrumentalizando el patrimonio para solidificar una imagen nacional alineada con el Estado Novo.

Palabras clave: Estado Novo. IPHAN. Patrimonio cultural.

Abstract: The text analyzes the construction of national memory and patrimonial policies during the Estado Novo. Under the leadership of Rodrigo Melo Franco de Andrade, IPHAN implemented a centralizing and selective agenda, prioritizing the listing of material assets. This directive aligned with the nationalist and homogenizing cultural policies of the Vargas government, which aimed to legitimize the regime. Mário de Andrade's more plural vision, which included intangible culture, was disregarded. The concentration of listings in states like Bahia, Rio de Janeiro, and Minas Gerais corroborates the elitist and Eurocentric bias. IPHAN's longevity reflects its adaptability, but also the persistence of its ideological foundations, instrumentalizing heritage to solidify a national image aligned with the Estado Novo.

Keywords: Cultural heritage. Estado Novo. IPHAN.

¹ Doutora (2017) em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre (2009) em Antropologia pela mesma instituição. Mestre (2005) em Gestão de Cidades pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Graduada em Museologia (2022) pelo Centro Universitário Clarentiano e em História (1999) pela UFMG. É Professora Adjunta nos cursos de Bacharelado em Museologia e em Conservação e Restauro, no Programa de Pós-Graduação em Ciências do Patrimônio Cultural (PPGPatri) na UFPA.

Considerações iniciais

A Era Vargas e, em particular, o período do Estado Novo (1937-1945), representam um capítulo fundamental para a compreensão da formação do Brasil contemporâneo. A complexidade desse momento histórico reside na sua capacidade de moldar dinâmicas institucionais e narrativas que, oitenta anos após o seu término, ainda ressoam na memória coletiva e na historiografia. A análise das políticas culturais implementadas nesse período, especialmente a fundação e as diretrizes iniciais do atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN),¹ revela um esforço sistemático de construção de uma identidade nacional, que embora ter sido um processo inovador em alguns aspectos, foi também marcadamente seletivo e centralizador, gerando tensões e debates que persistem até hoje.

Neste cenário, a figura de Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do IPHAN entre os anos de 1937-1967, foi fundamental para a consolidação das políticas culturais varguistas no âmbito patrimonial. Ao analisar as ações de salvaguarda por meio dos tombamentos realizados no Estado Novo, identifica-se a tendência do governo em prol da homogeneização da cultura brasileira. A construção da identidade nacional teve como fundamento o discursivo de natureza homogeneizadora, cujo propósito residiu em congregar as distintas parcelas populacionais sob uma ideologia nacional única. Um dos principais caminhos foi a articulação de elementos simbólicos e narrativas para fomentar a coesão social e alinhar os interesses da coletividade aos imperativos estatais. Nesse processo, a cultura assume uma centralidade fundamental na construção da identidade nacional, uma vez que provê os substratos simbólicos e as ferramentas narrativas essenciais para a formação e perpetuação de uma lealdade cívica (Avancini, 2001).

Desta maneira, ao governo comandado por Vargas forjou uma identidade nacional com base em elementos culturais selecionados pelo Estado, que por sua vez apresentavam majoritariamente elementos relacionados com os valores da elite. Para tal, utilizou-se de meios, com a educação pública, a propaganda e a preservação de um seletivo Patrimônio Cultural do país (Cury, 2002). Não obstante a pertinência e assertividade da construção de um órgão responsável pela preservação dos bens culturais, há de se questionar as suas ações, bem como a sua manutenção contínua nas esferas de poder desde sua criação. Trata-se de uma autarquia que consegue permear os mais diversos tipos de governo sem sair das esferas de mando (Miceli, 1987).

Diante desde breve exposto, o artigo em questão visa problematizar a parceria do IPHAN na construção das diretrizes do governo nacionalista de Vargas. Para tal, o primeiro momento textual dedicará à criação do IPHAN, com destaque para a atuação de Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor que se manteve no poder durante grande parte da fase denominada como ‘Pedra e Cal’ ou ‘Heroica’, datada de 1937 a 1979. Na sequência, as políticas culturais de Vargas serão brevemente apresentadas, destacando os caminhos que levaram a consolidação de uma homogeneização da cultura brasileira. Desta maneira, o terceiro tópico apresenta os bens culturais tombados pelo IPHAN no período do Estado Novo, destacando a pertinência com o discurso nacionalista. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, bem como a análise documental do acervo do IPHAN.

As diretrizes do IPHAN em colaboração com o Estado Novo: o importante papel de Rodrigo Melo Franco de Andrade

A institucionalização da proteção ao Patrimônio no Brasil, com a criação do IPHAN pela Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937, coincide precisamente com o início do Estado Novo. Sob a liderança do arquiteto Rodrigo Melo Franco de Andrade, o IPHAN nasceu imbuído de uma visão particular sobre o que deveria ser considerado Patrimônio. Este deveria estar vinculado aos termos históricos e artísticos, e priorizando a valorização das edificações europeias, com referência à dita ‘alta cultura’ (Oliveira 2003).

A diretriz tomada no IPHAN reflete muito a formação e conduta de Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969), uma figura central na criação e consolidação das políticas de preservação. Advogado mineiro, mas com forte atuação na então capital do país, o Rio de Janeiro, ele foi o primeiro diretor IPHAN e permaneceu no cargo por 30 anos, até 1967. Sua trajetória vinculada com as artes mineiras foi ao encontro das atividades de seu bisavô, Rodrigo José Ferreira Bretas, nascido em Cachoeira do Campo em 1814. Este teve uma carreira no ensino, direito e política, principalmente legislando em prol da educação. No entanto, sua maior distinção se fez por ser o primeiro biógrafo de Antônio Francisco Lisboa (1738-1814), o Aleijadinho, empreitada essa que começou em 1856, quando foi comissionado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) para coletar documentos sobre Minas Gerais. Apesar do texto ter sido publicado em 1896, somente em 1968, seu bisneto, Rodrigo Melo Franco de

Andrade, impulsionou demais estudos sobre o barroco mineiro, alinhando-se aos esforços do Iphan de validar a autoria das obras do Aleijadinho (Pinheiro, 2023).

A trajetória da família na área legislativa se manteve. O avô de Rodrigo Melo Franco de Andrade (1871-1901), ouropretano e advogado, foi secretário de polícia de Minas Gerais, e posteriormente eleito deputado do Congresso Mineiro em 1894. Em 1896, começou a lecionar na Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais e no mesmo ano foi nomeado Procurador da República em Minas Gerais. Em 1897, casou-se com Dália de Melo Franco, filha de Ana Leopoldina e do senador Virgílio de Melo Franco. Assim sendo, o pai de Rodrigo Melo Franco de Andrade nasceu no proeminente berço mineiro: a família Melo Franco, que mantinha grande prestígio na corte portuguesa e na elite brasileira. Neste escopo familiar, duas figuras familiares foram fundamentais para a formação do primeiro diretor do IPHAN.

O primeiro destaque foi Afonso Arinos de Melo Franco (1868-1916), seu tio materno. Advogado por formação, casou-se com Antonieta Prado, conectando o clã Melo Franco à influente família paulista dos Prado. Monarquista, residiu em Ouro Preto e Paris, locais nos quais Rodrigo Melo Franco de Andrade morou com ele na adolescência. Arinos era conhecido por seu interesse na cultura regionalista, música popular e folclore brasileiro, realizando conferências que influenciaram figuras como Mário de Andrade.

De fato, dos doze aos dezesseis anos, isto é, de 1910 a 1914, período em que frequentou o curso secundário no Liceu Saily, Rodrigo morou com os tios Arinos e Antonieta em Paris, onde teve oportunidade de conhecer “várias personalidades de realce das letras e da vida brasileira”, alguns dos quais estariam mais tarde ligados ao movimento modernista, como Flávio de Carvalho, seu colega no Liceu, e Graça Aranha, cuja participação na Semana de 1922 – evento patrocinado por Paulo Prado, cunhado de Afonso Arinos – seria decisiva para conferir legitimidade ao incipiente movimento (Pinheiro, 2023, p. 9).

Outro tio importante para sua formação foi Afrânio de Melo Franco (1870-1943), que teve destacada carreira política e diplomática. Ele foi deputado estadual e federal, Ministro da Viação e das Relações Exteriores nos governos de Getúlio Vargas, além de embaixador junto à Liga das Nações e amigo do jornalista Assis Chateaubriand, relações estas que foram fundamentais para a inserção de Rodrigo Andrade no IPHAN.

Antes da entrada no IPHAN, Rodrigo Andrade cursou Direito de forma fragmentada entre Rio, Belo Horizonte e São Paulo, o que lhe permitiu criar laços com importantes figuras intelectuais da época, como Milton Campos, Oswald de Andrade e Manuel Bandeira. Em 1919, iniciou sua vida profissional no serviço público, como auxiliar na Inspetoria de Obras Contra

as Secas. A partir de 1921, atuou como jornalista e crítico literário no jornal ‘O Dia’. Embora inicialmente cauteloso em relação ao movimento modernista paulista, pois alinhou-se à postura de Manuel Bandeira, sua aproximação com os modernistas se intensificou após 1926. Neste ano, assumiu a função de redator-chefe da ‘Revista do Brasil’, junto com a redação do ‘O Jornal’, do polêmico jornalista Assis Chateaubriand. Em 1927, assumiu o posto de presidente da Sociedade Anônima ‘O jornal’ e em 1928, passou a fazer parte da Empresa Gráfica ‘O Cruzeiro’, também vinculada à Chatô. A carreira de Rodrigo Andrade “nas empresas de Chatô coincide com a emergência de um ambiente cultural menos refratário à valorização do patrimônio histórico e artístico brasileiro em geral, e mineiro em particular” (Pinheiro, 2023, p. 17).

O cenário preservacionista contemplado por Rodrigo Andrade

Um marco para a preservação no Brasil foi a viagem realizada em 1924, nas cidades com feições coloniais - ditas históricas - de Minas Gerais. Esta iniciativa também foi crucial para o movimento modernista brasileiro, pois reuniu um grupo notável de intelectuais e artistas, incluindo Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, Paulo Prado, Dona Olívia Guedes Penteado, René Thiollier e Godofredo da Silva Telles. Por meio desta excursão percebe-se que a pauta da constituição da identidade nacional no Brasil estava emergente não só nas esferas governamentais como também envolta nas falas da elite artística brasileira. Neste debate, o caminho encontrado foi o destaque de Minas Gerais como o ‘polo catalisador e irradiador de ideias’, sendo identificada como o ‘berço da civilização brasileira’

A descoberta do barroco pelos viajantes que o torna emblemático, no que se refere à construção da ideia de nação, percebido como manifestação cultural tipicamente brasileira, origem da cultura brasileira, representação de “estilo puro”, “autêntico” e raiz da tradição nacional (Aquino, 2016, p. 15).

A viagem de 1924 teve um impacto profundo e transformador na obra de Mário de Andrade, que foi um dos grandes nomes no contraponto dos valores edificados pelo IPHAN. A partir dessa, sua veia de folclorista foi aprofundada, bem como sua sensibilidade etnográfica. Mário de Andrade passou a buscar nos elementos constituidores da cultura brasileira um acervo de brasilidade e por meio desta observação, ele identificou o barroco mineiro como uma fonte de inspiração para uma dita arte nacional autêntica. No âmbito da consolidação das políticas

patrimoniais, houve uma inicial preocupação dos viajantes pela conservação do patrimônio, entendendo que o registro dos bens culturais deveria transcender a simples sacralização da memória em pedra e cal. Desta maneira, influenciados fortemente por Mário de Andrade, houve a coleta das manifestações populares e da hoje chamada cultura imaterial, como culinária, música, danças, lendas (Nogueira, 2007).

Este cenário de busca pela identidade nacional, em um país que recentemente passou pelo Golpe da República (1889), foi o mote principal para a construção do IPHAN. Dentre as figuras que permeavam o universo político e cultural brasileiro, o nome de Rodrigo Melo de Andrade surgiu como uma escolha assertiva para o momento.

Além de suas próprias qualidades profissionais e pessoais, Rodrigo constituía, por vínculos de parentesco, uma conexão direta não só com as elites mineiras, mas também com as paulistas, por meio da poderosa família Prado. Essa conexão possibilitava precioso acesso aos bastidores da política de dois importantes estados brasileiros (Pinheiro, 2023, p. 14).

Em uma parceria com Mário de Andrade, o IPHAN foi consolidado em 1937. Este, apesar de ter uma tendência forte para os bens atualmente denominados como imateriais, foi cooptado pela preservação e restauração dos bens edificados. Tal fator se fez muito devido ao desgaste dos bens culturais de pedra e cal no país, bem como na dificuldade de construção de um instrumento jurídico e administrativo para a salvaguarda dos bens de natureza imaterial. Assim sendo, o órgão privilegiou o tombamento, organizando os Livros do Tombo em quatro, que se mantêm até os dias atuais.

O Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico destina-se ao registro de sítios e vestígios arqueológicos que evidenciam a presença humana em épocas remotas, oferecendo subsídios para o estudo das antigas civilizações e modos de vida no território nacional. Paralelamente, engloba bens de natureza etnográfica, compreendendo as manifestações culturais, objetos e lugares relacionados a grupos étnicos e comunidades tradicionais, que são expressões vivas de suas identidades e conhecimentos ancestrais. Adicionalmente, este livro abrange paisagens de significativo valor, que são o resultado da interação dinâmica entre a natureza e a ação humana, como jardins históricos, parques e conjuntos arquitetônicos harmoniosamente integrados ao ambiente natural (IPHAN, 2025a).

Por sua vez, o Livro do Tombo Histórico concentra-se em bens imóveis e móveis que possuem relevância fundamental para a história brasileira, servindo como testemunhos

materiais de eventos cruciais, personagens emblemáticas ou processos de transformação social, política e econômica. Esta categoria inclui edificações de importância singular, conjuntos urbanos que se vinculam às memórias de períodos específicos, e uma vasta gama de objetos que vão desde documentos e mobiliário até indumentária e acervos museológicos patrimonializados (IPHAN, 2025a).

O Livro do Tombo das Belas Artes é dedicado à salvaguarda de obras de arte que se destacam por sua excepcional qualidade estética e valor artístico intrínseco. Nele são inscritas pinturas, esculturas e outras criações visuais, bem como exemplares arquitetônicos que representam o ápice da expressão artística em suas respectivas épocas, independentemente de sua função original. O foco recai na qualidade formal e na significância artística da obra como um objeto cultural em si (IPHAN, 2025a).

Finalmente, o Livro do Tombo das Artes Aplicadas acolhe bens que, embora possam possuir uma função utilitária, distinguem-se pela maestria técnica e pelo valor artístico de sua concepção e execução. Esta categoria abrange uma ampla gama de objetos, como peças de mobiliário, ourivesaria, cerâmica, têxteis e outros itens de arte decorativa, nos quais a funcionalidade se alia a uma elaborada expressão estética, evidenciando o talento e o legado de artesãos e artistas que transcenderam a mera produção para o uso (IPHAN, 2025a).

A gestão de Rodrigo no IPHAN: alinhamento com os preceitos varguistas

A gestão de Rodrigo Melo de Andrade foi marcada por ser um dos principais articuladores do Decreto-Lei nº 25, de 1937, que estabeleceu as bases jurídicas para o tombamento, bem como dos Livros do Tombo supracitados. Manteve-se assim o foco para a conservação dos bens coloniais que estavam deteriorados pela ação do tempo, iniciando uma corrida para o tombamento de conjuntos arquitetônicos de feição colonial, principalmente os barrocos. Com esta escolha, Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais – principalmente pelo tombamento de vários conjuntos arquitetônicos – ganharam os holofotes, tendo as igrejas, os palacetes, as fortificações, os prédios públicos como o grande escopo a ser preservado.

Nesse contexto, o barroco e a arquitetura colonial das cidades históricas da região de Minas Gerais tornaram-se a primeira referência da imagem da nação, tendo sido então tombado um vasto conjunto de bens desse tipo ou nele referenciados. A concepção de patrimônio estava baseada na ideia de um valor intrínseco aos bens, revelado pelos especialistas, capazes de identificá-lo pela perspectiva estética. Era assim garantida a

inserção da produção artística brasileira na linha da história da arte universal – europeia e ocidental (Chuva, 2020, p. 19).

Tal diretriz se volta para o conceito de patrimônio foi constituído na França pós-revolucionária. Inicialmente, os monumentos associados ao Antigo Regime, como igrejas e palácios aristocráticos, foram alvos de destruição e vandalismo, num ato simbólico de rejeição ao poder da monarquia e do clero. Essa onda de destruição se fez apenas no calor do momento, sendo tomada a decisão de preservar esses bens, pois eram parte fundamental da identidade nacional francesa. A partir desse momento, começou a se desenvolver uma nova abordagem em relação aos bens culturais edificados na França. Em 1790, foi criada a primeira Comissão de Monumentos, responsável por inventariar e classificar os bens confiscados, transformando-os em patrimônio público. Quarenta anos mais tarde, em 1830, instituiu-se a Comissão de Monumentos Históricos, que consolidou políticas de conservação e proteção. Um marco importante ocorreu em 1838, que impôs restrições legais a demolições e reformas, garantindo a preservação oficial desses monumentos (Choay, 2014).

Essas mudanças representaram uma verdadeira revolução na forma como os bens culturais eram entendidos. Ele deixou de ser visto como propriedade privada ou símbolo de poder de uma elite e passou a ser considerado uma herança coletiva, representante da história e da cultura da nação. O Estado assumiu a responsabilidade por sua proteção, assegurando que esses bens fossem acessíveis a todos. No entanto, os bens escolhidos para a preservação eram majoritariamente os que tinham expressão visual no espaço urbano. Ora, os marcos do Antigo Regime francês se fizeram também pelos grandes palácios nos centros das vilas. Com a preservação destes, mesmo que houvesse a releitura – exemplo claro é a transformação de palácios como o Louvre em museus – as marcas na paisagem das cidades se mantiveram pela monumentalidade das edificações de elite.

Os ecos da revolução francesa contribuíram decisivamente para a elaboração de um modelo jurídico que se reproduziu e se perpetuou nos países ocidentais. A partir dela iniciou-se o inventário, preservação e proteção de artefatos caros à nação, seja por seu valor econômico, interesse inicial, seja por seu valor simbólico (Brito, 2018, p. 91).

Ao transpor este conceito de patrimonialização para o Brasil, as escolhas se mantiveram na ótica das edificações do período monárquico brasileiros, elegendo as referências coloniais barrocas e neoclássicas, neogóticas, românticas e ecléticas imperialistas. A longa gestão de Rodrigo de Andrade foi conhecida por como 'Fase Heroica' ou 'Fase de Pedra e Cal', por

privilegiar as histórias dos vencedores e as edificações. A longevidade do presidente no cargo foi devido a competência da equipe, formada por intelectuais, historiadores, arquitetos, artistas e juristas de grande relevância na época, como Lúcio Costa – que participou apenas das concepções iniciais devido sua morte – e Mário de Andrade (Fonseca, 2005).

Há de se ressaltar que o IPHAN não se preocupou apenas com a catalogação dos bens e sim em restaurações que versavam pelos conceitos de “autenticidade” e “originalidade”. Estas diretrizes estavam em alta nas décadas de 1930 e 1940, havia uma busca por respeitar ao máximo as características originais dos bens tombados. Não obstante o sucesso do IPHAN, a presidência de Rodrigo Melo Franco de Andrade foi marcada por um centralismo na definição do que deveria ser preservado e uma visão eurocêntrica e elitista em suas escolhas, caminho este que vai ao encontro das políticas culturais centralizadoras do Governo Vargas.

Políticas Culturais no Governo Vargas

As políticas culturais do Governo Vargas (1930-1945), especialmente durante o período do Estado Novo (1937-1945), foram marcadamente caracterizadas por um forte intervencionismo estatal, nacionalismo e um caráter centralizador e propagandístico. O objetivo principal era construir uma identidade nacional homogênea e legitimar o regime, utilizando a cultura como uma poderosa ferramenta para moldar a sociedade e difundir os ideais governamentais. O governo Vargas buscou centralizar o poder político e estender esse controle para a esfera cultural, com intuito de não só controlar, mas ativamente moldar a sociedade brasileira, utilizando a cultura como uma ferramenta de engenharia social para a construção de um novo modelo de nação e cidadão (Fraga, 2012).

Neste escopo, a construção de uma identidade nacional homogênea e unificada se fez como um carro chefe. O governo empreendeu um esforço sistemático para forjar um sentimento de ‘brasilidade’ coeso e uma unidade nacional inabalável, fato este com grande sucesso por meio da exaltação e valorização de símbolos nacionais.

Na política de valorização dos heróis, houve um processo de formação de um panteão, a partir de uma série de ações que tinham o intuito de potencializar a formação e o culto de vultos do passado. Estas foram marcadas pelo batismo de logradouros, inauguração de bustos e monumentos em sua homenagem. Foram criadas instituições e espaços voltados amplamente para o culto ao passado, como o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, o Museu da

Inconfidência (1942), na cidade de Ouro Preto e do Museu Imperial (1940), em Petrópolis (Paixão, 2016, p. 588).

O objetivo era criar uma narrativa histórica que reforçasse a ordem, o progresso e a necessidade de uma liderança forte e centralizada, elementos que o próprio regime encarnava. O próprio Getúlio Vargas era retratado como um herói condutor do destino do Brasil, integrando-se a essa galeria de grandes figuras nacionais e consolidando um culto à personalidade. Para efetivar essa política de doutrinação e controle, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1939. Esta entidade possuía amplos poderes para centralizar, coordenar, orientar e, fundamentalmente, censurar a produção de propaganda interna e externa. Desta maneira, a atuação do DIP se fez de maneira incisiva no teatro, cinema, rádio, imprensa e demais órgão correlatos, garantindo o controle rigoroso da informação e a difusão capilar da ideologia oficial (Paschoal, 2007).

Na esteira do controle do DIP, teve-se a criação do IPHAN bem como de museus. Estes não se limitavam à mera preservação; elas eram usadas para selecionar, interpretar e exaltar fatos e personagens históricos que servissem diretamente aos interesses do regime, solidificando uma imagem grandiosa, coesa e heroica da nação brasileira, alinhada à visão do Estado Novo (Fraga, 2015). Este ponto é externalizado pelo próprio nome que designa a fase do IPHAN entre 1937 e 1979, a Fase Heroica, que esteve extremamente alinhada aos preceitos nacionalistas por meio da preservação do patrimônio de Pedra e Cal.

Outro ponto de atenção do Estado Novo foi o engajamento e a cooptação dos intelectuais foram outra vertente importante na política cultural varguista. Os intelectuais foram convocados a abandonar as cadeiras do academicismo e a se tornarem fiéis colaboradores do Estado, atuando como intérpretes da vida social e educadores do povo. Eles eram vistos como agentes cruciais, capazes de captar e expressar a suposta vontade popular, que seria então realizada pelo Estado, legitimando as ações governamentais. Intelectuais de destaque, como Cassiano Ricardo, pertencente ao grupo Verde-Amarelo do modernismo, com forte inclinação nacionalista, assumiram posições-chave no DIP. Em sua trajetória, buscou alinhar as vanguardas artísticas e o modernismo com os ideais de renovação nacional e autoridade do Estado Novo (Velloso, 1997).

Outro intelectual de destaques foi Rodrigo Melo Franco de Andrade. Apesar de não propagar uma postura nacionalista, sua manutenção no cargo do IPHAN por 30 anos reflete que pelo menos, ele não era contra as ações do governo. Ele engendrou a política cultural por meio

do controle da memória e do patrimônio histórico, utilizando-o como um instrumento de legitimação e propaganda. Ao lado de Mário de Andrade, folclorista que se mostrou como um capítulo à parte na política varguista.

Mário de Andrade, uma vírgula no nacionalismo homogeneizador

A colaboração de Mário de Andrade com o Ministério da Educação e Saúde (MES) de Gustavo Capanema, anterior à instauração formal do Estado Novo, culminou na elaboração do ‘Anteprojeto de criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional’ em 1936. Este documento é central para entender sua concepção de patrimônio, que difere significativamente do que viria a ser a visão mais restritiva e homogeneizadora do regime autoritário (Sala, 1990).

O anteprojeto de Mário de Andrade, influenciado por suas ideias de tradições móveis – atualmente denominadas como bens de natureza imaterial ou intangível –, propunha uma concepção mais plural e dinâmica de patrimônio cultural, destacando o caráter inclusivo. Em contraste com as abordagens francesas, o intelectual se furtou das visões estática dos bens materiais, pois no projeto havia a valorização das múltiplas concepções de artes, que na década de 1930 eram subdivididas em eruditas, ameríndias e populares.

Ao lado das jazidas funerárias, dos samba quis, das cidades lacustres, dos mocambos, da arquitetura popular, estavam formas de expressão como línguas, vocabulários, festas, rituais, danças, lendas, mitos, músicas, saberes, técnicas, fazeres, entre outras manifestações (Botelho; Hoelz, 2018, p. 351).

Desta maneira, Mário de Andrade via a preservação dos bens tangíveis não apenas pela sua materialidade, mas sobretudo pelos saberes, técnicas, valores e significados da vida cotidiana. Essa abordagem, ancorada em uma noção antropológica de cultura, reforçava a ideia de que as identidades culturais não são fixas, mas dinâmicas, passíveis de incorporação de novos elementos e de enriquecimento constante. Seu projeto, visava a uma narrativa nacional que promovesse a diversidade cultural e se contrapusesse a um discurso autoritário de unidade e coerência imposto pelo Estado.

No entanto, mesmo com esta perspectiva diferenciada, Mário de Andrade se adequou às políticas de Rodrigo Melo de Franco de Andrade, e suas ações no IPHAN seguiram as diretrizes do tombamento de monumentos em pedral e cal. Ao vislumbrarmos os bens preservados no

Estado Novo, salta os olhos as matrizes elitistas, de valorização de um nacional pautado nas bases lusas e católicas.

A ação do IPHAN: os tombamentos no Estado novo

Com a institucionalização do instrumento de tombamento, a escolha dos bens se fez à luz das políticas francesas, que privilegiavam os monumentos de destaques das cidades. Acrescida a esta questão, tem-se a política de valorização nacional, que, por sua vez, escolheu o barroco como grande mote de brasilidade. Foram ao todo 435 bens tombados, que foram aqui agrupados na tabela abaixo pelos Estados.

Tabela 1: Distribuição de Bens Tombados por Estado (1938-1945)

Estado	Sigla	Quantidade	Porcentagem
Bahia	BA	122	28,05%
Rio de Janeiro	RJ	97	22,30%
Minas Gerais	MG	62	14,25%
Pernambuco	PE	50	11,49%
Sergipe	SE	24	5,52%
São Paulo	SP	16	3,68%
Rio Grande do Sul	RS	14	3,22%
Paraíba	PB	14	3,22%
Paraná	PR	9	2,07%
Piauí	PI	6	1,38%
Pará	PA	6	1,38%
Santa Catarina	SC	5	1,15%
Maranhão	MA	3	0,69%
Espírito Santo	ES	3	0,69%
Goiás	GO	2	0,46%
Ceará	CE	1	0,23%
Alagoas	AL	1	0,23%

Fonte: IPHAN, 2025b. Dados compilados pela autora.

Ao observar os dados, é possível notar algumas tendências e concentrações significativas: como o destaque para o estado da Bahia, que lidera com 28,05% de todos os bens tombados, refletindo a escolha do barroco e do período monárquico como os bens mais relevantes a serem tombados pelo IPHAN. Neste escopo, as cidades de Salvador e Cachoeira possuem um vasto patrimônio arquitetônico como as igrejas, conventos, fortes, palácios, sendo destacada os tombamentos de 1938 na cidade de Salvador, tendo como foco nos bens da Igreja Católica. Foram tombadas mais de trinta igrejas, capelas e mosteiros neste apenas neste ano.

O Rio de Janeiro ocupa a segunda posição (22,30%), o que é esperado dada sua relevância como antiga capital do país e centro de decisões políticas e culturais durante o período abrangido pelo Estado Novo. A cidade possui uma variedade significativa de imóveis e conjuntos arquitetônicos pertencentes ao período monárquico, com destaque para as igrejas, residências, chafarizes e infraestruturas urbanas. Destaca-se o tombamento de 1938 dos Morros da Cidade do Rio de Janeiro, Morro do Valongo: conjunto arquitetônico e paisagístico e das Praias de Paquetá, que fogem do escopo de monumentos seguidos pelo IPHAN. No entanto, no mesmo ano foram tombados sete chafarizes, dois aquedutos, dez casas, um solar e quatro palácios, apenas na capital, mantendo assim a base das edificações como carro chefe nos tombamentos.

Minas Gerais assume o terceiro lugar com 14,25%. Berço de Rodrigo Melo Franco de Andrade, as cidades de Ouro Preto, Mariana, Serro e Tiradentes são frequentemente citadas nos Livros do Tombo, evidenciando o patrimônio barroco nas localidades. Destaca-se também o tombamento de conjuntos urbanos inteiros em Serro, Tiradentes e Ouro Preto. Ou seja, se tomarmos separadamente cada bem que compõem os espaços urbanos preservados, Minas Gerais alcançaria o primeiro lugar da tabela. Pernambuco aparece em quarto lugar (11,49%), tendo as cidades de Recife e Olinda como as mais destacadas, incluindo os bens culturais de influência do período holandês e uma forte presença de igrejas e fortes. Ainda no Nordeste, Sergipe aparece com 5,52%, impulsionado por tombamentos em São Cristóvão e Laranjeiras, que também possuem um patrimônio colonial significativo. Os demais Estados possuem contribuições pontuais.

Considerações finais

A análise da construção da formação da memória nacional e das políticas patrimoniais durante o período do Estado Novo, com foco na gestão inicial do IPHAN oferece uma perspectiva sobre a construção da identidade brasileira. O cenário histórico que fundamenta as medidas preservacionistas, evidencia um intrincado tecido de permanências e rupturas que ecoam até os dias atuais nas discussões sobre o patrimônio cultural do Brasil.

O artigo delinea que a criação do IPHAN, em 1937, não foi um mero ato administrativo, mas sim uma ferramenta estratégica do regime varguista para moldar uma identidade nacional homogênea e centralizada. A coincidência da fundação do IPHAN com o início do Estado Novo

sublinha a intenção governamental de utilizar a cultura como um pilar de legitimação. Rodrigo Melo Franco de Andrade, com sua permanência de trinta anos à frente da instituição, tornou-se o intelectual dessa visão. Sua formação e conexões com as elites mineiras e paulistas, bem como sua trajetória profissional, o posicionaram como a escolha ideal para implementar uma política que, embora inovadora, era intrinsecamente seletiva e elitista, priorizando as edificações europeias e a alta cultura. Uma das permanências mais significativas é a diretriz de preservação que privilegiou os monumentos em detrimento da rica e diversificada cultura imaterial brasileira. A ‘Fase Heroica’ ou ‘Fase de Pedra e Cal’ do IPHAN, reflete essa escolha, que se alinhou com a concepção de patrimônio herdada da França pós-revolucionária, onde a monumentalidade das edificações no espaço urbano era o foco da preservação. Essa abordagem não apenas sacralizou determinados tipos de bens culturais, mas também reforçou uma narrativa histórica que valorizava os ditos vencedores, marginalizando outras expressões culturais.

Por meio da análise dos tombamentos realizados entre 1938 e 1945, apresentada na Tabela 1, corrobora essa tendência, com a concentração de bens tombados na Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais, regiões historicamente ligadas ao período monárquico e ao barroco. No entanto, o artigo também sinaliza as tensões e questionamentos que surgiram e persistem em relação a essas diretrizes, por meio da figura de Mário de Andrade. Este buscou pela ampliação dos elementos constituintes da cultura brasileira, incluindo a hoje denominada como cultura imaterial. Embora presente nas discussões iniciais, suas concepções foram secundarizadas pela preservação dos monumentos.

A longevidade ímpar do IPHAN, que sempre se manteve no poder desde sua criação, permeando os mais diversos governos, é um testemunho de sua capacidade de adaptação, mas também um convite à reflexão crítica sobre a persistência de suas fundações ideológicas. O engajamento e a cooptação de intelectuais, demonstram como a esfera cultural foi habilmente utilizada para legitimar o regime e propagar seus ideais. Assim sendo, é assertivo afirmar que o IPHAN, não é apenas um órgão preservacionista, mas um marco da instrumentalização do patrimônio para a solidificação de uma imagem grandiosa e coesa da nação brasileira, alinhada à visão do Estado Novo.

Referências

AQUINO, Carla Adriana. A “**Descoberta do Brasil**” no Projeto Intelectual de Blaise Cendrars (1924-1955). (Doutorado em História Social) Programa de Pós-Graduação do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em <https://buscaintegrada.ufrj.br/Record/aleph-UFR01-000843145>. Acesso em: 01 jul. 2025.

AVANCINI, Elsa Gonçalves. Educação e poder: o processo de formação da identidade nacional brasileira. **Diálogo**, Canoas, nº 2, p. 241-264, 2001. Disponível em <https://svr-net127.unilasalle.edu.br/index.php/Dialogo/issue/archive>. Acesso em: 01 jul. 2025.

BOTELHO, André; HOELZ, Maurício. Macunaíma contra o Estado Novo: Mário de Andrade e a democracia. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 335-357, maio-ago. 2018. Disponível em <https://www.scielo.br/j/nec/a/YKgBQgtRPspS3jDNhk6nprp/>. Acesso em: 01 jul. 2025.

BRITO, Mariana Vieira. A política de patrimônio francesa: esboçando seu passado e presente. **Revista CPC**, v. 13, n. 25, p. 86-111, 2018. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/135621>. Acesso em: 01 jul. 2025.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. 3ª. ed. Lisboa: Edições 70, 2014.

CHUVA, Márcia. Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. In: DUARTE, Alice (Ed.). **Seminários DEP/FLUP**. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras/DCTP, 2020. p. 16-35. Disponível em <https://doi.org/10.21747/9789898969682/seminariosv1a1>. Acesso em: 19 nov. 2025.

CURY, Cláudia Engler. Políticas Culturais no Brasil: subsídios para construções de brasilidade. 2002. Tese (Doutorado) - Curso de Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002. Disponível em: <https://audiovisualbaiano.com.br/midiateca/wp-content/uploads/2021/06/Tese-Politicas-culturais-no-Brasil-subsidios-para-construcoes-de-brasilidade.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2025.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MINC/IPHAN, 2005.

FRAGA, André Barbosa. **Os Heróis da Pátria: Política Cultural e História do Brasil no Governo Vargas**. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

IPHAN. **Bens Tombados**. 2025b. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em: 01 jul. 2025.

IPHAN. **Livros do Tombo**. 2025a. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/608>. Acesso em: 01 jul. 2025.

MICELI, Sérgio. **SPHAN: refrigério da cultura oficial**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, n. 22, p. 44-47, 1987.

NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. **Inventário e patrimônio cultural no Brasil.**

História (São Paulo), v. 26, p. 257-268, 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/his/a/qQJNwKWtRcvfYkPZBGrXtNj/?lang=pt>. Acesso em: 01 jul. 2025.

PAIXÃO, Carlos Nássaro. **Os Heróis da Pátria: Política Cultural e História do Brasil no Governo Vargas.** Varia História, Belo Horizonte, v. 32, n. 59, p. 587-590, maio/ago. 2016.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/3kD6K7czqpQNkZkR4crS4qD/>. Acesso em: 01 jul. 2025.

PASCHOAL, Francisco José. **Getúlio Vargas e o DIP: a consolidação do “marketing político” e da propaganda no Brasil.** In: I COLÓQUIO DO LABORATÓRIO DE

HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL, 1., 2007, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: UFJF, 2007. Disponível em:

https://www.academia.edu/download/53324159/Getulio_Vargas_e_o_DIP_a_consolidacao_d_o_marketing_politico_e_da_propaganda_no_Brasil.pdf. Acesso em: 01 jul. 2025.

PESSÔA, J. **Lúcio Costa: documentos de trabalho.** Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.

PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. **Antes do Sphan: notas biográficas sobre a trajetória de Rodrigo Melo Franco de Andrade nas décadas de 1920 e 1930.** Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, v. 31, 2023. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/anaism/a/Rrgs3kFTHGzHx5BVzjqWzYD/>. Acesso em: 01 jul. 2025.

SALA, Dalton. **Mário de Andrade e o anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional.** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 31, p. 19-26, 1990. Disponível em:

<https://revistas.usp.br/rieb/article/view/70041>. Acesso em: 01 jul. 2025.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo.** Revista de Sociologia e Política, v. 9, p. 57-74, 1997. Disponível em:

<https://core.ac.uk/download/pdf/328069351.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2025.

NOTAS

ⁱ O SPHAN passou por diversas alterações de nomenclatura no decorrer dos tempos: SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de 1937 a 1946; DPHAN – Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de 1946 a 1970; IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de 1970 a 1979; SPHAN – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de 1979 a 1990; IBCP – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural de 1990 a 1994; IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional desde 1994 (Pessôa, 1999, p. 11). Esta última nomenclatura será utilizada no decorrer de todo o artigo para uma leitura mais fluida do texto.